

## **GARANTIA DE BOM SENSO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 17.02.1981

Há uma infeliz tendência da tecnoburocracia civil e militar no governo de ver subversão em toda parte. Mais realistas do que o rei, ou, em outras palavras, mais conservadores do que a burguesia, muitos deles não são capazes de distinguir abertura social, reforma social, de subversão.

Nesse contexto, a Igreja e dentro dela as comunidades eclesiais de base transformaram-se recentemente nas fontes de subversão por excelência dentro deste País. Não percebem os governantes que a revolução política ocorrida na Igreja da América Latina e particularmente no Brasil, já no final dos anos sessenta, realmente implicou em descompromissar a Igreja em relação às classes dominantes. A Igreja deixou de ser o instrumento ideológico da exploração e da dominação. Mas isto não significa que tenha se transformado em instrumento de subversão da ordem. Transformou-se simplesmente em instrumento de reforma, de abertura social.

Subversivos são os radicais de extrema direita, que querem não apenas conservar tudo como está mas, se possível, e pela força, voltar a algum estado anterior imaginariamente idílico. Subversivos são também os radicais de esquerda, para os quais o estado idílico está no futuro, mas em um futuro muito próximo, que pode ser alcançado já, também pela força. Nada mais distante da Igreja no Brasil do que essas posições.

Dois de seus bispos mais articulados na defesa de uma sociedade mais justa concederam no último domingo entrevista a esta “Folha”. D. Paulo Evaristo Arns quer participação do povo em todos os níveis. Quer descentralização econômica e política. “Uns chamam isso de socialismo... Mas eu nunca vou falar em socialismo”. Dom Paulo não quer perder tempo com palavras.

Para d. José Maria Pires, o d. “Pelé” de João Pessoa, não basta a abertura política. Ele quer “abertura social”, que, para ele, tem um sentido muito claro: “Tudo aquilo que contribuir, por exemplo, para diminuir a fome está certo”. Esta fome, entretanto, tem uma causa principal para o corajoso e sereno bispo nordestino: “A sociedade está mal organizada”. Embora não caiba à Igreja participar de partidos políticos nem oferecer soluções específicas, é seu dever denunciar “o pecado da fome, que não é acidental”. Esse pecado decorre da tentativa de reproduzir no Brasil o capitalismo liberal. Ora, a Igreja, em todas as suas encíclicas, condena o capitalismo liberal com a mesma ênfase com que condena o comunismo. E conclui: “É preciso uma maior distribuição dos bens, não só da renda, mas dos próprios meios de produção”.

A classe dominante burguesa e a tecnoburocracia que a serve tão fielmente deveriam procurar entender o sentido dessas palavras. Ao invés de estarem vendo aí a subversão, deveriam pensar que essa abertura social é hoje essencial para o desenvolvimento econômico e a segurança do País. Contra os radicalismos a Igreja representa uma garantia de bom senso. De caminho para o socialismo, talvez, mas a longo prazo, através de um processo de reformas, que preservem a liberdade de cada um. E certamente para um socialismo ou para uma social-democracia que nada tem a ver com o estatismo dos países chamados comunistas.(17/02/81)